



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª Vara DA COMARCA DE Caicó

Desapropriação Nº: 0101897-03.2018.8.20.0101

Requerente: Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó

Requerido: Salatiel Costa

DECISÃO

Trata-se de ação de desapropriação proposta pelo Consórcio Público Regional de Resíduos Sólidos do Seridó/RN em face de Salatiel da Costa, ambos já qualificados, cujo objeto liminar consiste na imissão provisória na posse do imóvel.

Alegou a parte autora, em síntese, que:

A) é pessoa jurídica de direito público, que engloba os municípios consorciados do Seridó, cuja finalidade principal é o manejo de resíduos sólidos;

B) a área descrita na exordial é de fundamental importância para a implantação da Política de Resíduos Sólidos no Seridó, já que lá será construído o aterro sanitário do seridó, que irá contemplar os Municípios consorciados;

Ao ensejo juntou os documentos de fls. 07/63.

Mediante o despacho de fl. 71, foi determinada a intimação da parte autora para esclarecer ou delimitar a área a ser efetivamente desapropriada, indicando o Decreto Municipal que fundamenta seu pedido.

Em sede de Emenda à Exordial, a parte autora juntou o Decreto Municipal de Utilidade Pública nº 640/2018m devidamente publicado, e o valor atual da avaliação do imóvel.

É o relatório. Decido.

Primeiramente, quanto ao mérito do pedido liminar, importa estabelecer que a parte autora ajuizou ação visando à expropriação em seu favor, por sentença judicial, do imóvel descrito na exordial, com a respectiva transcrição no registro competente, localizado na margem esquerda da RN 288, sentido São José do Seridó, no entorno das coordenadas geográficas (24) 727576-E/9285688, de propriedade de Salatiel da Costa. Para tanto, aduziu ser imprescindível a expropriação da referida área uma vez que necessita da citada gleba de terra para construção de um aterro sanitário.

Ademais, deve-se asseverar que instituto da desapropriação ainda se rege pelas disposições do Decreto-lei nº 3.365/1941, persistindo seu fundamento nos artigos 5º, XXIV e 182, § 3º, da Constituição Federal vigente, que preconiza a possibilidade da Administração pública se utilizar da propriedade privada por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, mediante o pagamento de "justa e prévia indenização em dinheiro", para compensar o prejuízo sofrido pelo particular com a perda do seu bem.

"Do ponto de vista teórico, pode-se dizer que desapropriação é o procedimento através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire, mediante indenização, fundado em um interesse público. Trata-se, portanto, de um sacrifício de direito imposto ao desapropriado." (CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, Curso de Direito Administrativo, Malheiros Ed., 27ª ed., 2010, pág. 865).

A propósito, discorrendo quanto à diferenciação entre servidão administrativa e desapropriação, leciona Hely Lopes Meirelles, que:

[...] esta retira a propriedade do particular, ao passo que aquela conserva a propriedade com o particular, mas lhe impõe o ônus de suportar o uso público. Na desapropriação despoja-se o proprietário do domínio e, por isso mesmo, indeniza-se a propriedade, enquanto que na servidão administrativa

mantém-se a propriedade com o particular, mas onera-se essa propriedade com um uso público e por esta razão indeniza-se o prejuízo (não a propriedade) que este uso, pelo Poder Público, venha a causar ao titular do domínio privado. (Direito Administrativo Brasileiro. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 599).

No presente caso, a desapropriação da área descrita na exordial tem como finalidade a construção de aterro sanitário, reconhecida importante obra para melhorar o manejo dos recursos sólidos da região do Seridó.

Na lição de Fernanda Marinela (in Direito Administrativo. 4ª ed. Niterói: Impetus, 2010. P. 817):

Desapropriação é um procedimento administrativo em que o Poder Público adquire a propriedade do particular de forma compulsória, para fins de interesse público, atingindo-se assim a faculdade que tem o proprietário de dispor da coisa segundo sua vontade, afetando o caráter perpétuo e irrevogável do direito de propriedade com a consequente indenização.

Da análise dos autos, considero como provada a necessidade da desapropriação da área descrita na exordial, destinada à construção de um aterro sanitário, essencial para melhor e adequado manejo dos resíduos sólidos, ressaltando, inclusive, que o terreno foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, mediante o decreto nº 640/2018 (fls. 76/78).

Comprovada a presença do *fumus boni iuris*, como narrado nos itens anteriores, considero presente, também, o *periculum in mora*, eis que a demora na imissão de posse representaria prejuízo para toda a comunidade, carente por um manejo adequado dos resíduos sólidos e até mesmo para a preservação da saúde da população atingida.

O valor indenizatório deve englobar todos os elementos necessários ao justo ressarcimento do proprietário privado de seu direito de propriedade e, à primeira vista, considero razoável o valor ofertado pela parte demandante, ressaltando, ainda, que acerca da possibilidade de imissão provisória na posse, o art. 15, § 1º do decreto-lei de nº 3.365, de 21 de junho de 1941 estabelece a possibilidade de concessão da medida liminar com o depósito da quantia arbitrada, ou mesmo da oferecida, caso não seja em valor totalmente destoante da realidade, como se observa na transcrição abaixo:

“Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;
§ 1º A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito: (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)
(...) c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior; (Incluída pela Lei nº 2.786, de 1956)
d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso c, o juiz fixará independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originalmente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel”.

Por oportuno, resalto que o Tribunal de Justiça do RN tem jurisprudência firmada, em caso análogo, exatamente no sentido de ser imprescindível a concessão de tutela antecipada, em benefício da comunidade, devendo a propriedade ser utilizada em favor, também, de toda a comunidade. Segue transcrição do julgado referido, relatado pelo Desembargador João Rebouças:

Processo: 2005.002150-4 Data: 07/07/2005 Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível Classe: Agravo de Instrumento com Suspensividade Ementa: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE TUTELA

Endereço: Av. Dom Adelino Dantas, s/nº, Complexo Judiciário, Maynard - CEP 59300-000. Fone: 3417-6036
Caricó-RN - E-mail: cico3vara@tjm.jus.br

ANTECIPADA. ENERGIA ELÉTRICA PARA BENEFICIAR A COMUNIDADE ENVOLVIDA. URGÊNCIA. DEPÓSITO DA QUANTIA DEVIDA. PRESENÇA DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES. Relator: Des. João Rebouças Publicação: 25/08/2005.

Desse modo, de acordo com as razões acima expostas, DEFIRO o pedido de imissão provisória de posse na área total de 35,66 hectares e perímetro de 2.597,40 metros, conforme descrito no laudo de avaliação nº 423223/2016-5 anexado à exordial.

Comprovado o depósito prévio do valor retrocitado, proceda a Secretaria à expedição de mandado de imissão provisória na posse do imóvel em favor da parte autora.

Ainda, DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDAR a petição inicial, a fim de incluir no polo passivo da lide não só a esposa do réu devidamente qualificada, como também eventuais confinantes com a devida qualificação, sob pena de INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL E REVOGAÇÃO DA PRESENTE DECISÃO.

Diligências necessárias.

Após a apresentação de emenda à exordial, cite-se os réus, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestarem a presente ação.

Caso haja contestação e havendo nesta arguição de preliminar (CPC, art. 301) ou de qualquer das matérias previstas no art. 326 do CPC, dê-se vista à parte autora, através de seu advogado, a fim de que se pronuncie a respeito, no prazo de dez (10) dias (arts. 326 e 327), procedendo sempre a Secretaria conforme o disposto no art. 162, § 4º, do CPC.

Na hipótese de a citação não ser levada a efeito, intime-se igualmente à parte autora, por seu advogado, no prazo supra, para se pronunciar sobre a diligência negativa.

Com ou sem contestação ou, após a réplica, se for o caso, faça-se conclusão.

Publique-se e intime-se. Cumpra-se.

Caicó/RN, 04 de outubro de 2018.

Luiz Cândido de Andrade Villaça
Juiz de Direito

